

REAPROXIMAÇÃO

Haddad se encontra com Lira para destravar agenda econômica no Congresso

VICTORIA ABEL, LAURIBERTO POMPEU E RENAN MONTEIRO
@globoinfo@globo.com.br
BRASIL

Em reunião marcada fora da agenda, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi ao encontro do presidente da Câmara, Arthur Lira, na manhã de ontem, em Brasília, para tentar destravar e acelerar a pauta econômica no Congresso. Haddad voltou a atuar como articulador político, após duas semanas de agenda praticamente vazia na Casa. A equipe econômica tem pressa, já que a promessa de zerar o déficit fiscal no ano que vem depende da aprovação de vários projetos que viabilizam o aumento da arrecadação, uma condição necessária para colocar o arcabouço fiscal de pé.

A aproximação acontece depois de Lira enviar áudio a líderes, na quarta-feira, em que cita uma obstrução regimental nos trabalhos da Câmara. De acordo com integrantes do Centrão, Lira, ao fazer isso, reagiu a uma fala do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que disse que não pretendia fazer mudanças no comando da Caixa Econômica Federal.



Diálogo. Arthur Lira e Fernando Haddad tiveram encontro fora da agenda: ministro da Fazenda diz que espera votação de fundos exclusivos e offshore e do marco das garantias na próxima semana

FUNDO EXCLUSIVO E OFFSHORE
Depois do encontro, Haddad disse que espera a aprovação de ao menos dois projetos com impacto na arrecadação na semana que vem, o de fundos exclusivos (alta renda), *offshore* (no exterior), além do projeto de lei (PL) que trata do chamado "marco das garantias para empréstimos".

—No caso dos fundos, assim que o relator estiver designado, vamos levar a equipe técnica para conversar com ele para fazer o ajuste de redação. E esperamos que essas três iniciativas possam ser consideradas pela Câmara dos Deputados na semana que vem —disse o ministro.

A taxação dos fundos exclusivos já está em vigor, por meio de medida provisória (MP) enviada ao Congresso em agosto. Mas, logo que foi enviada, o governo já considerava a possibilidade de transformá-la em projeto de lei, ou uni-la ao projeto das *offshores*. Isso porque Lira tem se recusado a votar MPs. Os projetos de leis passam necessariamente primeiro pela Câmara, enquanto as MPs vão para análise de uma comissão especial mista, com deputados e senadores. Na prática, o projeto de lei dá

mais poder e palavra final aos deputados.

A reunião entre Lira e Haddad foi acertada na véspera, durante reunião de líderes, depois que o presidente da Câmara recuou da fala sobre a obstrução. Governistas, como o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), e o líder do PT, Zeca Dirceu (PR), agiram para contornar a insatisfação do deputado. Haddad prontamente desmarcou compromissos para encaixar Lira na agenda.

Ontem, Haddad disse esperar que a aprovação da Reforma Tributária no Senado ocorra ainda em outubro, para sanção de todo o projeto este ano. O ministro relatou que o tema da mudança na tributação do ICMS foi alvo de discussão superficial com Lira e que ainda não leu o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) a respeito da proposta de mudança nos impostos.

—Devo começar a interagir com bancadas e líderes para cumprir a meta de votar em outubro a Reforma Tributária no Senado e promulgar ainda este ano —afirmou o ministro.

Ele reforçou que espera a votação do projeto do Desen-

rola Brasil na segunda-feira no Senado, antes que a medida provisória expire. O programa de renegociação de dívidas é uma aposta do governo, já que a volta ao consumo tem impacto positivo na economia.

—Cada semana é uma semana. Tem agenda do Senado, lei dos seguros, Reforma Tributária. O Desenrola foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), deve ir a plenário semana que vem. Se cada semana avançar um pouco, vamos ter um ano de muita produtivi-

dade —afirmou Haddad. Apesar do aval de Lira para a votação de propostas de interesse da Fazenda, aliados de Haddad reconhecem que o caminho até o fim do ano não será fácil, e a briga será "projeto a projeto".

FONTES DE INSATISFAÇÃO
Eles afirmam que a concessão de dois ministérios ao Centrão, e a permanência da dificuldade com a pauta no Congresso, é a prova de que agradar aos parlamentares de centro é como "um saco sem fundo".

O encontro de ontem marcou a reaproximação de Lira e Haddad, cuja relação ficou estremecida após o ministro afirmar, em meados de agosto, que a Câmara está com "poder muito grande e não pode usar esse poder para humilhar o Senado e o Executivo."

Os projetos de taxação de *offshores* e fundos exclusivos são prioridade e estavam adormecidos na Casa. O deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) é cotado para relator. Líderes partidários apontam vários fatores que têm provocado insatisfação e que explicam a tentativa de paralisar as votações.

Além da Caixa, há indefinição na Funasa, alvo de disputa entre PSD e Republicanos e que não tem sequer estrutura definida pelo governo. Há um movimento da bancada ruralista, do PL e do Novo, para travar as votações em protesto a movimentações no Supremo Tribunal Federal (STF) em relação a marco temporal das terras indígenas, aborto e drogas.

Outra fonte de coibição é a futura secretaria das Apostas Esportivas, programada para ficar na Fazenda. Mas aliados de Lira preferem que ela seja

alocada na pasta de Esportes, comandada por André Fufuca (PP-MA).

FILADE ATÉ R\$ 110 BILHÕES
Apenas na Câmara, cinco projetos estão na fila de votação, com previsão de arrecadação de até R\$ 110 bilhões. O PL dos super-ricos pode render até R\$ 20 bilhões com a taxa de *offshores*. Já a MP de tributação do ICMS pode gerar ganho de até R\$ 35 bilhões ao acabar com deduções de impostos federais sobre recursos que receberem isenção de ICMS, mas não foram usados para investimentos.

Outro projeto que acaba com a dedução de impostos para ganhos com juros sobre capital próprio (JCP), modalidade de ganhos de acionistas e empresários, tem expectativa de arrecadação de R\$ 10 bilhões, mas não há previsão de votação, e o governo retirou a urgência.

O projeto de lei de repatriação de bens chega à Câmara em breve, após aprovação pela CAE no Senado, em caráter terminativo. Ele reabre o prazo de regularização de bens que estejam no exterior e tem potencial de arrecadar até R\$ 45 bilhões, segundo o relator, senador Renan Calheiros.

Contas do governo têm déficit de R\$ 26,4 bi em agosto

> As contas do governo central, que reúnem os dados do Tesouro Nacional, da Previdência Social e do Banco Central (BC), registraram déficit primário de R\$ 26,4 bilhões em agosto, segundo relatório divulgado ontem pelo Ministério da Fazenda.

> Comissão, nos oito primeiros meses do ano, houve déficit de R\$ 104,5 bilhões. No mesmo período do ano passado, o governo central registrou superávit de R\$ 22,86 bilhões.

> Em agosto, o Tesouro e o BC registraram déficit de R\$ 6,6 bilhões, enquanto a Previdência Social apresentou resultado negativo de R\$ 19,7 bilhões.

> De janeiro a agosto de 2023, a Previdência Social registrou déficit de R\$ 229,3 bi, enquanto o Tesouro Nacional e o Banco Central apresentaram superávit de R\$ 125,8 bilhões.

Alguns dos projetos em jogo

> **Projeto de lei de fundos exclusivos e offshore:** Vai unir o projeto de lei de *offshores* com o texto da medida provisória que taxa os fundos exclusivos (de alta renda). O governo enviou os textos em agosto para a Câmara, a votação em plenário deve ocorrer até 4 de outubro, em um único projeto. A previsão de arrecadação é de R\$ 20 bilhões.

> **Medida provisória que muda**

tributação do ICMS: A proposta acaba com deduções de impostos federais sobre recursos que receberam subvenção do ICMS, mas não foram usados para investimentos. Existe a possibilidade de a medida virar projeto de lei, já que Lira tem se recusado a conduzir análises de MPs. Por ser medida provisória, a proposta já está em vigor e vence em 29 de outubro. A proposta tramita na Câmara, sem

previsão de votação ou relatoria. O governo menciona potencial de ganho de R\$ 35 bilhões.

> **Projeto de juros sobre capital próprio:** A proposta veda a dedução de juros sobre capital próprio da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Tramita na Câmara, mas não há previsão de votação. O governo

retirou a urgência. A previsão de arrecadação é de R\$ 10 bilhões.

> **Projeto da repatriação de bens:** Chega à Câmara em breve. Já foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, em caráter terminativo. O projeto reabre o prazo para regularização de bens no exterior. O potencial de arrecadar é estimado em até R\$ 45 bilhões.

> **Perdido de dívidas:** Dois projetos que permitem redução de juros e multas de dívidas com a Receita Federal podem gerar arrecadação para o governo. Eles seguem para a Câmara. Um deles permite aos devedores pagamento parcelado da dívida em até 48 vezes, desde que se reconheça o débito em até 90 dias após a publicação da lei. Outro reduz o valor de multas aplicadas.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Página:** 13